

Trabalho atrás das grades: algumas reflexões discursivas

Yara Amorim Souza Leão

Em 07 de junho de 1996, a revista semanal VEJA publicou uma reportagem especial assinada por Dorrit Harazim, intitulada: Mulher, Crime e Castigo, sobre o único presídio feminino de regime fechado do Rio de Janeiro, o Talavera Bruce (TB), que faz parte do complexo penitenciário de Bangu.

Chamou-nos atenção, uma fala: a fala de Maria: "Trabalho numa multinacional francesa e me sinto parte do grupo Alcatel. Sobretudo me sinto gente."

A frase é dita por uma detenta (a quem nomeamos de Maria) de 26 anos, presa desde os 20, que exerce a função de monitora, comandando as sete fases de produção de bobinas e transformadores de uma das cinco oficinas privadas do TB. Essas oficinas, segundo a reportagem, operam em presídios e, para as empresas que as controlam, são um bom negócio, pois não se faz necessário pagar encargos sociais, impostos, luz, água, férias ou décimo-terceiro salário. A Alcatel, oficina de uma multinacional francesa que fabrica equipamentos eletrônicos e cumpre os direitos trabalhistas, é uma exceção à essa regra.

Ao afirmar, nega

O sujeito desse enunciado poderia ser um trabalhador de qualquer parte do mundo, pois não há nenhuma marca lingüística que nos permita constatar sua condição de presa. Ao contrário, essa condição é negada quando o verbo trabalhar é conjugado na 1ª pessoa do singular, acompanhado pela preposição combinada numa, deixando transparecer a falsa idéia de que o locutor é funcionário da empresa multinacional e trabalha em suas instalações.

Se tivesse usado a preposição para e o artigo uma, permitiria que imaginássemos que seria prestador de serviços para a multinacional e que o trabalho não seria, necessariamente, desenvolvido em suas instalações. Dessa forma, mesmo que a condição de detenta não ficasse explicitada, não haveria uma negação implícita.

Ao afirmar que trabalha numa [...], Maria nega sua condição de presa, sua história, sua dor. Como nos diz ORLANDI (1995:109), "Há sentidos que não são proibidos por uma autoridade de palavra, mas que, por processos complexos de nossa relação ao dizível e que tocam diretamente ao como se significa a história, nós não chegamos a formular e nem mesmo a reconhecer".

A negação de Maria se reporta a outras formações discursivas e a seus interdiscursos que foram tendo um efeito de sentido, até se constituir num discurso que, de tão doloroso, obriga o sujeito a negá-lo para sobreviver. Essa negação, apesar de ser o que presentifica e fortalece esse discurso, torna-o inconsciente e ideológico.

A negação tem história

Nas sociedades primitivas, o controle social era estabelecido a partir do ordenamento de uma lei e das punições que traziam sempre a marca da vergonha, da repulsa, da culpa e da dor, pois estavam sempre referidas a um *outro* que havia sido desobedecido, desrespeitado; podia ser um deus, um chefe, enfim, uma alteridade.

Com o aparecimento do Estado moderno, esse *outro* é representado pelo jurídico (é claro que há um campo do simbólico nessa operação que não nos deteremos, tendo em vista as limitações desse texto) e uma das formas de controle e punição passa a ser a prisão.

Michel Foucault (1986), em seu livro Vigiar e Punir, traça um perfil das prisões desde o seu surgimento, entre o final do século XVIII e início do XIX, até o momento que estas passaram a ter sua função transformada, de um depósito de condenados, à espera dos castigos corporais e da morte, para se transformar na própria condenação.

A partir daí foi-se criando uma racionalidade própria da prisão e os discursos urdidos dentro e sobre ela, trazem duas questões: uma refere-se ao seu fracasso e são comumente denominadas de "universidade do crime," numa alusão a que aquele espaço produz um saber especializado em formar delinquentes e criminosos. E a outra se refere ao estigma, pois quem entra ali ficará marcado para sempre e é, justamente, dessas questões, que Maria tenta se proteger ao negar sua condição de presa. "*Com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de ao dizer algo, apagarmos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada*". (ORLANDI, op. cit.: 75)

Maria trabalha...

Ao afirmar que trabalha, Maria parte da ideologia valorativa do trabalho que se afirma na formação capitalista, operando desse modo o silenciamento da memória histórica, dos discursos-outros que são constitutivos dessa formação. Para Pêcheux (1990), o real sócio-histórico é constituído pelo outro como lei do espaço social e da memória histórica. Portanto, o trabalho nem sempre teve uma concepção de valor, os discursos eram outros.

Para CARMO (1992:17-24), na Idade Média o catolicismo criticou o apego ao trabalho, porque levava ao esquecimento da veneração a Deus e, por outro lado, o valorizava pelo seu caráter disciplinador, pois contribuía para afastar as pessoas do ócio, da preguiça e, conseqüentemente, do pecado.

É no Renascimento que há uma valorização e mesmo a exaltação do trabalho manual que, juntamente com a Reforma protestante, contribuiu para transformar a idéia do sofrimento advindo do trabalho, num conformismo, num sacrifício e motivo de orgulho. Para os protestantes, o trabalho passou a ser uma forma de salvação da alma, pois a prosperidade advinda deste conferia ao indivíduo eleito, a entrada no reino de Deus. Trabalhar passou a ser a finalidade da vida.

Essa nova concepção foi fundamental para a implementação do capitalismo, que passou a reconhecer o sujeito enquanto força de trabalho, membro da engrenagem produtora das riquezas. Quando fora dessa engrenagem o sujeito não se reconhece, pois não é reconhecido pelo outro, como é o caso dos detentos.

O trabalho nas prisões traz no seu bojo o discurso da moral capitalista, pois a disciplina impingida pelo trabalho afastaria os detentos do ócio, das tentações e os obrigaria a uma auto-reflexão sobre os delitos cometidos; teria assim um aspecto reeducativo. E traz, também, o discurso da economia capitalista que vê o trabalho do preso como necessário para a automanutenção dos presídios, para a qualificação visando uma atividade profissional e para a adaptação à formação capitalista: "*O trabalho (...) requalifica o ladrão em operário dócil (...) se, no fim das contas, o trabalho da prisão tem um efeito econômico, é produzindo indivíduos mecanizados segundo as normas gerais de uma sociedade industrial.*" (FOUCAULT, 1986: 216)

Mas Maria trabalha e, ao dizê-lo, produz um efeito de sentido de ser aceita, reconhecida, de fazer parte, como ela mesma diz.

... mas não em qualquer lugar

"Trabalho numa multinacional francesa e me sinto parte do grupo Alcatel [...]"

Como afirma ORLANDI (1995:143), "*Ao se dizer algo se apaga necessariamente a possibilidade de que se diga outra coisa naquele lugar*". Ao dizer que trabalha numa multinacional francesa e que se sente parte do grupo, Maria não apenas nega seu trabalho na prisão, mas sua própria condição de membro do grupo de prisioneiras do TB.

Ainda segundo ORLANDI (op. cit.), só temos acesso a fragmentos do discurso, o todo dizível nos é velado pelos recortes impressos por uma formação discursiva, o que escapa, os fragmentos, são aquilo que faz sentido para o sujeito.

Na sua fala, Maria nos deixa escapar o que é permitido pela formação capitalista e que, para ela, tem significação, que é justamente, a valorização da multinacional. Quando ela diz que se sente parte do grupo, o diz porque o valoriza e ao valorizá-lo, afirma um discurso sobre as multinacionais e cala outros.

O discurso que se afirma é aquele produzido pelas formações discursivas interessadas nessas organizações e na ideologia construída a partir da argumentação dos seus benefícios econômicos e sociais. O discurso outro, que é a negação deste, mostra que as organizações multinacionais administram recursos de modo a criar dependência, em lugar de autonomia local; têm ingerência e força nas decisões políticas, exploram de maneira inadequada os recursos naturais e de forma dissimulada a mão-de-obra, modificam a cultura e espoliam o capital nacional.

Quando Maria faz referência à nacionalidade da multinacional (francesa), resgata discursos outros como o do Brasil Colônia, quando os costumes vinham da França, pólo da cultura mundial. Mesmo hoje, em plena globalização, quando o pólo cultural é substituído pelo econômico e os referentes passam a ser norte-americanos, *as coisas da França* ainda nos trazem uma certa nostalgia, um certo glamour.

Como nada, principalmente na fala, é por acaso, a referência de Maria à nacionalidade da multinacional só produz sentido porque está impressa numa formação discursiva e porque provoca em nós processos inconscientes de significação. Afinal, o analista do discurso, ainda que se distancie do seu objeto, só consegue fazer a análise porque aquilo lhe diz algo, mesmo que seja o avesso, ou o oposto.

Maria é gente

“... Sobretudo, me sinto gente”

Há aqui também, uma marca da negação de Maria. Quando ela diz, sobretudo, poderíamos nos referir ao substantivo casacão, que é uma peça de roupa posta sobre outras, cobrindo-as, e é assim que Maria esconde todas as suas marcas, deixando à mostra apenas, o sobretudo.

A palavra sobretudo, usada como advérbio na frase de Maria, não elimina o sentido do sobretudo substantivo, pois nos remete ao que ela coloca como principal, como mais importante, que é justamente o fato de sentir-se gente, apesar de tudo. E o que é o tudo que ela sobrepõe? É o tudo que representa o descumprimento da lei e suas conseqüências: a detenção, a perda da liberdade, as limitações advindas dessa exclusão, a marca que carregará para sempre e a busca incessante de ser reconhecida e aceita como gente.

E por que Maria não se sentiria gente, se ela é com toda certeza uma representante do gênero humano? Nos reportaremos, mais uma vez, a outras formações discursivas, onde ser da espécie humana não diz tudo, não diz o ser gente (que, literalmente, significa o mesmo que ser humano), mas o que foi adquirindo um efeito de sentido que significa aquilo que marca a diferença, nos faz reconhecido pelo outro, nos marca no meio da massa uniforme e anônima do ser humano.

Nas diversas formações discursivas, desde o homem grego, ser humano não é uma categoria reconhecida socialmente como todos aqueles que pertencem à mesma espécie biológica. Na Grécia Antiga, somente aqueles ligados à *Polis*, excetuando-se as mulheres, escravos e estrangeiros, eram reconhecidos; no feudalismo, aqueles reconhecidos pelos reis e os pertencentes à Igreja. No capitalismo, o Direito vai reconhecer a todos como iguais, entretanto, na prática, há uma hierarquia social que vai fazer com que uns sejam mais reconhecidos que outros, sejam mais gente que outros. Há também os excluídos, aqueles que não pertencem à cadeia produtiva, que estão fora do mercado de trabalho e, portanto, de consumo, são considerados onerosos para a família e pelo Estado e aí encontram mais dificuldades em serem reconhecidos.

Já a atividade desenvolvida por Maria faz parte da cadeia produtiva, gera lucro, mais-valia, por isso, apesar da sua condição de presa, ela não se considera um estorvo, um peso morto, mas se vê reconhecida. Talvez por isso, é que afirma que se sente gente.

Referências Bibliográficas

- Carmo, P. S. (1992) *A ideologia do trabalho*. São Paulo: Moderna.
Orlandi, E. P. (1995) *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: UNICAMP, 3ª edição.
Foucault, M. (1986) *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 4ª edição.
Pêcheux, M. (1990) *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes.